

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº. DE 2019.
Da Sr^a. Deputada Aline Gurgel

Solicita realização de Audiência Pública para discutir a questão das altas tarifas de energia elétrica nos estados da Região Norte, em Especial, do Amapá e as dificuldades encontradas pela população em se beneficiar da tarifa social.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento nos termos do artigo 24, III, VII, XIV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário da Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir as altas tarifas de energia elétrica praticadas na Região Norte do País, em especial no estado do Amapá, a busca de uma solução técnica e/ou tributária para a redução das tarifas de energia elétrica no Estado e sobre a aplicação da tarifa social, suas condições de uso, e informações referentes ao numero de famílias que conseguiram ter acesso ao benefício.

Para debater o assunto, sugerimos sejam convidados:

1. Representante do Ministério de Minas e Energia;
2. Representante do Governo do Estado do Amapá;
3. Representante da Eletrobrás;
4. Representante da ANEEL;
5. Representante da Concessionária Companhia de Energia do Estado do Amapá - CEA;
6. Representante das Associações dos Conjuntos Habitacionais do Estado do Amapá.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Amapá é um dos maiores produtores de energia elétrica renovável do Brasil e do mundo. O Estado exporta energia elétrica mas ainda assim possui uma das maiores tarifas de energia elétrica do País,

É necessário debater com todos os setores envolvidos, visando a apresentação de uma solução técnica, ou até mesmo tributária, capaz de reduzir de forma significativa o valor das tarifas praticadas pela CEA e demais operadoras dos estados da Região Norte, e que estão sacrificando demasiadamente a população amapaense.

Os mais prejudicados são pessoas de baixa renda que não estão conseguem pagar as contas de energia elétrica. Além do preço exorbitante, os amapaenses ainda tem que conviver com um serviço de péssima qualidade, onde a estabilidade do sistema é baixa e acabam causando outros prejuízos com os constantes picos de energia e apagões.

Não só no estado do Amapá, mas em toda a região norte, grandes empreendimentos foram viabilizados, na expectativa de que, em algum momento os estados colheriam o bônus das intervenções no meio ambiente. Como a construção de barragens, alagamento de reservas ambientais e o deslocamento de comunidades ribeirinhas. Ao invés disso, os estados que hoje são superavitários em produção e consumo de energia elétrica, pagam tarifas, mais altas que os demais estados da federação. Não nos parece razoável que alguns estados recebam compensações pela exploração de petróleo, gás natural, carvão mineral, entre outras, enquanto que nos estados produtores de energia elétrica do norte, a população é penalizada com tarifas altíssimas.

Segundo a própria Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma das causas das altas tarifas são as perdas da rede de distribuição em 58,79%, cujo prejuízo vem sendo repassado aos clientes adimplentes do estado. Qual a mensagem que se pretende passar com essa medida? As empresas operadoras de energia elétrica deveriam se concentrar em fiscalizar e punir os infratores e sanear defeitos na

distribuição, que podem estar ocorrendo em função da precariedade e idade das instalações elétricas. Ao invés disso, simplesmente repassam os custos à população, que cada vez menos, têm condições de arcar com as altas tarifas. Temos exemplos de unidades habitacionais com apenas um ventilador e uma geladeira, com contas de luz, acima de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Outro ponto diz respeito à *Tarifa Social*. Pra nós está claro que a metodologia de aplicação da Tarifa Social por faixas de consumo, não é eficiente no sentido de atender a comunidade carente. Ainda assim, ela não vem sendo aplicada. Temos diversos relatos que no estado do Amapá, os descontos da tarifa social raramente são concedidos. Com sorte, um mês sim, outro não. Qual a ação fiscalizadora da Agencia nesse sentido?

Queremos deixar claro, que nosso papel é o de colaborar para a formulação de políticas mais justas, que beneficiem a população que mais precisa. Nesse sentido, estamos abertos a tentar compreender as causas que levaram as tarifas de energia do Amapá, de mais baixa á mais alta do país, para que possamos elaborar propostas eficientes e suficientes para atender às necessidades de nossa população.

Obrigada.

Deputada Aline Gurgel

(PRB/AP)